



**MOSTRA DE PROJETOS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO
BRASILEIRO**

INOVAÇÃO E RESULTADOS

SALVADOR - BAHIA

4 E 5 DE JULHO DE 2018



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**



**CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Identificação do Ramo ou Unidade	Nome do Projeto	Área de implementação do Projeto	Escopo do Projeto	Autoria original do Projeto
CNMP	Plano de Gestão	Estruturante (área-meio)	Planejamento Estratégico e Operacional	Conselho Nacional do Ministério Público
MP AC	Narco: Combate ao crime organizado e as rebeliões em presídios no Acre.	Finalística	Estratégia para desarticular o braço das organizações criminosas no Acre, implementada a partir do segundo semestre de 2016, quando a Amazônia brasileira passou a ser território de disputa entre as facções criminosas mais expressivas do país, entrando em confronto com organizações criminosas locais, conflitos que resultaram em ataques criminosos dentro e fora dos presídios, os quais elevaram em mais de 80% o número de vítimas de homicídios dolosos, posicionando o Acre entre os estados mais violentos do Brasil. Instituiu o "Observatório Criminal", voltado para a realização de estudos e produção de conhecimentos sobre a dinâmica desse tipo de crime, resultando na produção de 02 "Anuários de Informações e Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade", 96 "Boletins de CVLI", 495 "Relatórios Técnicos e de Inteligência" produzidos; desenvolveu, com equipe de analistas criminais e de tecnologia da informação do quadro próprio, o "Sistema Retina" um software de inteligência, análise e correlação de vínculo entre indivíduos, entre fatos e entre indivíduos e fatos, contendo mais de 150 variáveis descritivas, 4.500 indivíduos mapeados e 1.500 indivíduos âncora cadastrados, cujos dados tem origem em diversas fontes de bancos de dados (locais, nacionais e internacionais); instituiu as "Operações Integradas" como medida efetiva de combate às organizações criminosas que, entre outros resultados, foram realizadas 20 operações com inteligência, resultando em 87 denúncias oferecidas para o total de 815 pessoas denunciadas e o montante de R\$15.011.865,00 (quinze milhões, onze mil e oitocentos e sessenta e cinco reais) em bens e valores apreendidos. Para garantir a sustentabilidade do projeto, o GAECO realizou 12 ações educativas (cursos, oficinas e palestras), voltada para os profissionais de segurança pública, sistema prisional, acadêmicos de cursos superiores e alunos do ensino médio, instituiu os protocolos e manuais com os procedimentos operacionais padrão para a execução da estratégia e firmou Acordos de Cooperação Técnica	Procurador de Justiça Danilo Lovisaro do NAscimento
MP AL	Direitos Humanos em Pauta	Finalística	Objetivo Geral: O fortalecimento da cultura de Direitos Humanos no Estado de Alagoas e a maior aproximação entre o Ministério Público de Alagoas e a sociedade, promovendo o reconhecimento de direitos e deveres que afetam a vida cotidiana dos alagoanos, bem como apresentação da importância da atuação dos Procuradores e Promotores de Justiça na defesa e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão, construindo um Ministério Público mais resolutivo e proativo na defesa da sociedade. Produto pretendido: Conjunto de ações em parceria com órgãos e instituições públicas e privadas, sociedade civil organizada, que incluem campanhas de mobilização da sociedade, fóruns, palestras e audiências públicas, com vistas ao fortalecimento da cultura de defesa dos direitos humanos no Estado de Alagoas e aproximação entre Ministério Público e sociedade, possibilitando uma resposta efetiva aos anseios sociais. Prazo: 10 meses	MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS/CAOP.
MP AP	Aplicativo SOS Mulher	Finalística	Desenvolver um aplicativo de pedido de ajuda para mulheres em situação de perigo/violência.	Departamento de Tecnologia da Informação do MP-AP

MP BA	Projeto Plantão Integrado MP no Carnaval – Atuação do MP em grandes Eventos	Finalística	O Ministério Público do Estado da Bahia vem participando do período do Carnaval, nos plantões criminais e ativamente nos plantões da infância e da juventude. Desde o ano de 2007, por meio do GEDEM - Grupo de Atuação Especial em Defesa das Mulheres e da População LGBT, o Ministério Público vem atuando junto ao Observatório do Carnaval: Observatório da Discriminação Racial, da Violência contra Mulher e LGBT, atuando com atendimentos presenciais e virtuais, distribuindo peças das campanhas anuais do carnaval referente à violência doméstica e familiar e prestando orientações aos foliões, realizando visitas técnicas aos postos integrados ou individuais da polícia civil, militar, técnica e bombeiros, ao Serviço Viver, que atua com vítimas de crimes sexuais, delegacias, Ronda Maria da Penha, as casas de passagem e acolhimento para mulheres em situação de risco, aos postos de saúde instalados nos circuitos do carnaval, dentre outros. A atuação do Ministério Público da Bahia durante o Carnaval sempre foi essencial, em especial, nos plantões criminais e da infância e juventude, entretanto, nos últimos anos, essa intervenção vem se tornando indispensável, principalmente nas áreas afetas à defesa dos direitos humanos e da cidadania, conforme mencionado no parágrafo anterior. Nas áreas do meio ambiente (catadores de materiais reciclados, cordeiros), saúde (acesso a atendimento e a leitos, à profilaxia necessária em razão dos crimes sexuais, distribuição de camisinha e pílulas do dia seguinte), criminal (flagrantes, requerimentos de liberdades provisórias, abuso de autoridades, práticas de tortura, etc.) e outras tantas demandas, fica demonstrada a necessidade de aperfeiçoamento da intervenção do Ministério Público nesse período, seja pela amplitude e complexidade da festa momesca, seja pela necessidade em atender os reclamos da sociedade.	Márcia Regina Ribeiro Teixeira
MP BA	No Rastro	Finalística	Fase 1: Estruturação da base de dados, conexão com a ferramenta e disponibilização na intranet. Tarefas: - Realizar reuniões com os núcleos de Tecnologia da Informação (TI) da CSI e da Qualidade da DTI. - Criar a base de dados para armazenamento. - Fazer a conexão da ferramenta Qlikview com a base de dados. - Definir o controle de acesso e compartimentação dos dados. - Providenciar a implantação e disponibilização da ferramenta no ambiente da intranet. Resultados esperados: Estruturação e implantação da ferramenta e sua disponibilização na intranet. Fase 2: Apresentação da ferramenta e realização de treinamentos. Tarefas: Realizar evento geral para apresentação da ferramenta. - Realizar treinamentos para públicos específicos, para ensinar a manusear a ferramenta e realizar análises. Resultados esperados: Apresentação da ferramenta, de modo que membros e servidores tenham conhecimento de sua existência dentro da instituição, e preparação dos usuários para manuseio e realização de análises.	Rodrigo Ramos Calvacanti Reis
MP CE	Tempo de Justiça	Finalística	DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO PENAL. CUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS NAS ETAPAS DE INVESTIGAÇÃO, PROCESSO E JULGAMENTO DE CASOS DE HOMICÍDIO. CELERIDADE E EFETIVIDADE NA PERSECUÇÃO CRIMINAL. AÇÃO INTEGRADA. COMITÊ GESTOR. TRANSPARÊNCIA. COMPARTILHAMENTO DE BASES DE DADOS. CONTROLE. FERRAMENTA COMPUTACIONAL DE MONITORAMENTO. RESTAURAÇÃO DA CONFIANÇA NO MACROSSISTEMA DE SEGURANÇA E JUSTIÇA. EFEITO DISSUASÓRIO DA SANÇÃO PENAL. REDUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIOS EM FORTALEZA.	Manuel Pinheiro Freitas, Promotor de Justiça.
MP ES	Mapa da Política de Assistência Social do Ministério Público Espírito Santo	Estruturante (área-meio)	O Mapa da Política de Assistência Social coaduna com o planejamento estratégico institucional do MPES 2015-2025, no sentido de se caminhar em direção ao conhecimento da realidade social de cada município, visando instruir todos os atores envolvidos na política de Assistência Social, tais quais: conselhos municipais, CRAS, CREAS, Secretarias Municipais, Entidades prestadoras de serviços, usuários, Promotores de Justiça, servidores do MP, além de outros; para assegurar a observância dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, notadamente pelas políticas públicas e redes de proteção social, cuja implementação e regular funcionamento guardem interfaces com a atuação do Ministério Público. Produto do Projeto Sistema informatizado cuja plataforma de dados congrega informações relevantes da política de Assistência Social no Estado do Espírito Santo, acessíveis na plataforma do Google (http://mapadaassistenciasocial.mpes.mp.br/), o que democratiza a informação.	Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária - CACO

MP GO	PGJ Presente	Estruturante (área-meio)	Ouvir os membros do Ministério Público do Estado de Goiás, reunindo-os por regiões, e, na Capital, por áreas de atuação, com o fim de levantar as necessidades das respectivas Promotorias, bem como, discutir e implementar possíveis soluções para resolver cada uma de suas demandas, como, por exemplo: aquisição de computadores e equipamentos; construção e reforma de sedes; aquisição de veículos, entre outras questões administrativas. Além disso, será também um espaço para o debate franco sobre os problemas que afetam os colegas, os quais, muitas vezes, são ignorados e menosprezados, ou têm a sua solução postergada para um momento futuro, como a sobrecarga de trabalho, divisão de atribuições, estrutura da Promotoria, violação de prerrogativas por parte de outras instituições, além da proteção pessoal no exercício da função.	Benedito Torres Neto
MP MA	DIVERSÃO LEGAL: COM SALÁRIOS ATRASADOS NÃO TEM FESTA BOA	Finalística	•O projeto se iniciou mediante uma Representação conjunta, formulada pelo Procurador-geral de Justiça e o Procurador-chefe do Ministério Público de Contas, dirigida ao Tribunal de Contas do Estado, para que regulamentasse, mediante Instrução Normativa, a realização de despesas públicas com festividades, notadamente nas hipóteses de atrasos salariais e situações de emergência ou calamidade pública. Na sequência, foram identificados os municípios que se encontravam em situação de inadimplência para com seus servidores (salários atrasados) às vésperas do carnaval, totalizando 59 (cinquenta e nove) ou aproximadamente 30% dos municípios maranhenses. Com a edição da Instrução Normativa por parte do TCE, o próximo passo foi a instauração de procedimentos administrativos por parte das Promotorias de Justiça daqueles municípios em situação de inadimplência. Instaurado o procedimento, segue-se a expedição de Recomendações, cujo conteúdo recomendava ao gestor que efetuasse o pagamento ou se abstinhasse de realizar a festa de carnaval em caso de não pagamento. Não cumprida a Recomendação no prazo estipulado, os Promotores de Justiça, de modo articulado, encaminhavam Representação ao MP de Contas para que postulasse medida cautelar perante o TCE. Paralelamente, ingressava com Ação Civil Pública para impedir a realização da festividade, bem como para responsabilizar o gestor por ato de improbidade administrativa.	Marco Antonio Santos Amorim – Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais
MP MG	Gestão Ambiental Municipal	Finalística	Promover o levantamento da situação da gestão ambiental nos municípios da bacia hidrográfica do Rio Doce, a partir de informações prestadas pelos gestores municipais, sistemas de informações e bancos de dados públicos de interesse ambiental, assim como através de diligências in loco, preferencialmente pela Coordenadoria Regional, de modo a não onerar com serviços os órgãos de execução das Comarcas. Cotejar as informações apresentadas pelos Municípios com outras bases de dados, interpretá-las e disponibilizá-las aos órgãos de execução e ao público. Preparar e disponibilizar material de apoio aos Promotores de Justiça das Comarcas do Rio Doce, consistente em minutas de termos de compromisso de ajustamento de conduta, ações civis públicas, diligências investigatórias etc. Instaurar e instruir um procedimento de apoio à atividade-fim por município da bacia e promover as medidas a cargo do Ministério Público em cada um dos temas acima mencionados, enviando-os aos órgãos de execução, de modo a, respeitada a independência funcional de cada membro do Ministério Público, racionalizar, otimizar e padronizar todo o trabalho, permitindo a atuação coordenada das Promotorias de Meio Ambiente, com isso maximizando a eficiência das ações institucionais, com: -O incremento do conteúdo probatório nos procedimentos já instaurados e em tramitação nas Promotorias. - A instauração de novos procedimentos e medidas a partir das informações colhidas nos procedimentos de apoio à atividade-fim da Coordenadoria Regional do Rio Doce. A partir dos procedimentos, atuar de forma resolutiva, por meio de soluções negociadas junto aos Municípios ou, em último caso, através da promoção das obrigatórias medidas cabíveis.	LEONARDO CASTRO MAIA
MP MS	Portfólio On-Line de Projetos - MPMS	Finalística	Fornecer a todos os colaboradores do MPMS uma ferramenta para gestão de portfólio on-line de projetos de forma pública e centralizada. Foi criado um site (em ambiente intranet) para cada projeto, onde constará todos os detalhes específicos, tais como: cronograma de atividades com prazos e situações, documentações em anexo, galeria de fotos, chat interativo, resumo de tarefas, enfim, todo detalhamento daquele projeto em um único lugar (site). Cada site (projeto) possui seu endereço web específico, porém todo o portfólio está centralizado, facilitando muito a gestão integrada de todos os projetos existentes.	Daniel Fernando Tiburcio – Chefe da Divisão de Elaboração e Gestão de Projetos e Captação de Recursos do MPMS

MP MT	Onde há educação a corrupção não tem vez	Finalística	Promover a realização de disputa entre 23 escolas de Cuiabá-MT e Várzea Grande-MT (municipais e estaduais). Definição das escolas e seleção dos alunos; Elaboração e aplicação da prova de redação com a temática "Combate a Corrupção"; Elaboração e apresentação de trabalho de artes (de forma livre); Elaboração e aplicação de prova oral (discurso) sobre o tema; Etapa final de premiação.	Luciana Fernandes de Freitas (Promotora de Justiça)
MP PA	"PROJETO MÃOS AMIGAS"	Finalística	O Projeto "Mãos Amigas" se destina a contribuir, para a melhoria da qualidade de vida da população, à margem ou com dificuldade de acesso às políticas públicas por meio do fortalecimento das entidades de assistência social que atuam em bairros carentes e áreas de risco social no Município resultando no fortalecimento dessas entidades para desenvolver seu trabalho junto a população de modo efetivo bem como a revitalização de espaços públicos ainda não beneficiados pelo Poder Público.	Dra. Josélia Leontina de Barros Lopes, Promotora de Justiça
MP PB	É Incluindo que se Aprende	Finalística	O projeto teve como delimitação as escolas públicas municipais do Estado da Paraíba, ficando a critério de cada promotor de justiça estender às escolas públicas estaduais e às escolas privadas. Quanto ao alcance, ficou decidido entre o grupo de trabalho que cada promotor de justiça atuaria em apenas um município, ficando a seu critério a escolha de outros municípios que integrassem a promotoria. Produto do projeto: ações ministeriais concretas a fim de que o município possuía a quantidade necessária de salas de atendimento educacional especializado (AEE), compatível com sua demanda, além de que as existentes estejam devidamente dotadas de pessoal e equipamentos necessários, visando garantir condições para um aprendizado inclusivo completo e efetivo. Assim, o projeto buscou não somente a oferta do ciclo completo da educação inclusiva, mas também a efetividade do ensino complementar disponibilizado às pessoas com deficiência nas salas de AEE.	Grupo de Trabalho de Defesa da Educação
MP PI	O GAECO MPPI e a Rede de Controle do Estado do Piauí no combate à improbidade, à corrupção e à lavagem de dinheiro.	Finalística	Trata-se de projeto em que se apresenta prática adotada pela atual gestão do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, no sentido de reunir expertises de agentes (servidores públicos lato sensu) públicos, a fim de atuarem diretamente nas fases pré-operatória, operatória e pós-operatória de investigações empreendidas por este GAECO, a fim de que, juntos, seja possível atingir um grau máximo de excelência e de qualidade no trabalho voltado ao combate de organizações criminosas que dilapidam o patrimônio público por meio da corrupção e da improbidade.	Rômulo Paulo Cordão
MP PR	Direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: cenários para atuação do MPPR	Finalística	Avaliação e monitoramento da qualidade do atendimento e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária ao público infantojuvenil, bem como análise da relação dos serviços de acolhimento institucional e familiar com as políticas públicas como forma de subsidiar a atuação do Ministério Público na proteção integral das crianças e adolescentes.	Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente - CAOPCAE, Centro de Apoio Técnico à Execução - CAEx-NATE (Núcleo de Apoio Técnico Especializado), Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional - SUBPLAN e Corregedoria Geral do Ministério Público do Paraná - CGMP.
MP RN	Diálogos sobre Autocomposição: difusão da solução consensual de conflitos no MPRN	Estruturante (área-meio)	"Diálogos sobre Autocomposição - difusão da solução consensual de conflitos no MPRN" é um projeto do Ministério Público Estadual, alinhado à Resolução nº 118/2014 - CNMP, que trata da implantação da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição na rotina funcional de promotorias, procuradorias de justiça e outras unidades ministeriais, por meio de capacitações introdutórias e formações técnicas em autocomposição, além da criação de Núcleos Locais de Autocomposição e Assessoramento Técnico continuado, para aplicação de métodos de mediação, conciliação, negociação, práticas restaurativas e convenções processuais buscando a resolutividade por intermédio da solução consensual de conflitos.	Anderson Quirino Oliveira de Lima

MP RO	Comitê Gestor de Combate às Vulnerabilidades na Área Rural no Estado de Rondônia	Finalística	Comitê Gestor Interinstitucional de Políticas Públicas de Combate às Situações de Vulnerabilidades Sociais, Educacionais e de Trabalho Infantil de Crianças e Adolescentes na Área Rural do Estado de Rondônia. . A instituição do Comitê Gestor, por iniciativa do Ministério Público do Estado de Rondônia, no ano 2016, pretende fomentar e articular entre os órgãos (Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho e Ministério do Trabalho) e entidades da Administração Pública (secretarias estaduais e municipais de Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura e Planejamento e Gestão) e segmento produtivo e financeiro (entidades de produtores rurais e Bancos da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Cooperativas de crédito) de políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil, diminuição dos índices de evasão escolar e de situações de vulnerabilidades de crianças e adolescentes residentes nos 52 municípios rondonienses.	Marcos Valério Tessila de Melo – Promotor de Justiça do MPRO Marcos Gomes Cutrim – Procurador do Trabalho MPT 14ª região
MP RS	Cuidar	Finalística	O projeto é dividido em quatro grandes etapas. 1- A primeira consiste em um diagnóstico humano que prevê a catalogação de todos acolhidos em todas as instituições de acolhimento de idosos e deficientes e um diagnóstico estrutural com o intuito de verificar a estrutura física e de equipamentos de cada uma das Instituições. 2 – A segunda etapa refere-se à composição e articulação da rede de apoio, que envolve todos os órgãos e instituições que possuem alguma responsabilidade legal quanto ao cuidado em relação a idosos e outros públicos adultos, que de alguma maneira necessitam do apoio do Estado. 3 – Nesta etapa está prevista a regularização de cada uma das situações identificadas no diagnóstico. Envolve a análise individual de cada caso pela equipe de rede, consistente em diversas medidas, desde a devolução de idosos e ou deficientes aos municípios de origem, para que esse assumam a responsabilidade pelos seus municípes,, trabalho de fortalecimento da autonomia daqueles que apresentam a possibilidade de residir sozinho ou com suporte de familiar, fortalecimento dos vínculos familiares para inserção na família, bem como medidas visando a regularização ou até o fechamento de instituições irregulares, seja de forma administrativa, com auxílio da Vigilância Sanitária e demais órgãos de fiscalização, seja de forma judicial. 4 – Estabelecimento de fluxos de trabalho, tanto com outros órgãos como internamente no Ministério Público, que garantam um acompanhamento permanente da situação e controle das pessoas institucionalizadas, de modo a atuar visando a reanálise constante da situação desses indivíduos, evitando que a institucionalização se perpetue eternamente, sem adoção de novas medidas em favor da pessoa. Adoção de fluxos de trabalho para controle preventivo de novas institucionalizações desnecessárias e abandono pelas famílias, permitindo que a equipe de rede implemente medidas de apoio às famílias e criação de planos terapêuticos individuais em prol do indivíduo, buscando melhora do seu quadro clínico. Ainda, também busca impedir que a	Maristela Schneider
MP SC	Transparência nas Listas de Espera do SUS	Finalística	Concepção e estruturação de portal na internet para divulgação das listas de espera por serviços de saúde no Estado de Santa Catarina – permitindo maior transparência e controle social –, que proporcione, nesse sentido, uma modificação considerável na forma de acompanhar a demanda reprimida por serviços de saúde ofertados pelo Poder Público.	Ariadne Clarissa Klein Sartori e Caroline Cabral Zonta - Promotoras de Justiça e Coordenadoras do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor - MPSC
MP SP	Planejamento Estratégico 2017/2023	Estruturante (área-meio)	Disponibilização de meios e métodos que permitam o "giro" do Ciclo de Planejamento Estratégico de forma simples e efetiva favorecendo, entre outros, a Aprendizagem Organizacional e a Gestão do Conhecimento relativas ao processo de implementação do Plano Estratégico, o desenvolvimento de competências, a valorização e a motivação dos integrantes do Ministério Público e a cultura de resultados e, por fim, o aprimoramento e informatização de rotinas administrativas.	Fernando F. Ribeiro/ Fábio Ramazzini Bechara

MPDFT	Atuação do MPDFT na Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade	Finalística	A Comissão de Proteção dos Dados Pessoais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios objetiva se consolidar como uma iniciativa dedicado à Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade da população e com isso prevenir a prática dos crimes cibernéticos. Para tanto a Comissão terá diversos PILARES, como: - Pilar Opinativo: sugerir diretrizes para uma Política Nacional de Proteção dos Dados Pessoais e Privacidade; - Pilar Informativo: promover entre a população, empresas e órgãos públicos o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como medidas de segurança; - Pilar de Estudos: promover estudos sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade; - Pilar de Cooperação: promover ações de cooperação com autoridade de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transacional; - Pilar de Notificação: receber comunicações sobre a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou prejuízo relevante aos titulares dos dados (data breach notification); - Pilar Sancionador: propor ações judiciais visando à aplicação das sanções previstas no artigo 12, da Lei n. 12.965/14 - Marco Civil da Internet, em conjunto com o promotor natural. - Pilar Investigativo: instaurar e presidir o inquérito civil público, bem como o procedimento de investigação preliminar, em conjunto com o promotor natural.	Frederico Meinberg Ceroy
-------	--	-------------	--	--------------------------

MPM	Gestão de Custos no MPM	Estruturante (área-meio)	Definição e implantação da metodologia de aferição e mensuração dos custos no âmbito do MPM	Departamento de Orçamento e Finanças
MPT	MPT na Escola: De mãos dadas contra o trabalho infantil	Finalística	Realização de um conjunto de ações voltadas para a promoção de debates, nas escolas de ensino fundamental, dos temas relativos aos direitos da criança e do adolescente, especialmente a redução significativa do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador adolescente.	Dr. Rafael Dias Marques; Dr. Antonio de Oliveira Lima; Dra. Gabriela Tavares Miranda Maciel